



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

O acesso à Educação Superior: uma análise das ações afirmativas para
estudantes egressos de escolas públicas.

PATRÍCIA DE ARAÚJO LIMA

BRASÍLIA-DF, MARÇO 2013

PATRÍCIA DE ARAÚJO LIMA

O acesso à Educação Superior: uma análise das ações afirmativas para
estudantes egressos de escolas públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia, à Comissão
Examinadora da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, sob orientação do
Prof. Dr. Cleyton Hércules Gontijo.

Brasília, Março de 2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Patrícia de Araújo Lima

O acesso à Educação Superior: uma análise das ações afirmativas para
estudantes egressos de escolas públicas.

Trabalho Final de Curso, aprovado como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia, à Comissão
Examinadora da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, sob orientação do
Prof. Dr. Cleyton Hércules Gontijo.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cleyton Hércules Gontijo- UnB

Presidente - Orientador

Prof. Dr^a. Catarina de Almeida Santos - UnB

Membro Titular

Prof. Dr^a Danielle Xabregas Pamplona Nogueira - UnB

Membro Titular

Brasília-DF, MARÇO 2013

Dedico este trabalho com carinho a minha família Edna, Paulo e Priscila e ao meu namorado Emanuel por estarem sempre presentes em minha vida e por não terem medido esforços para que eu pudesse concluir este curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que durante este longo percurso me deu forças para que eu pudesse continuar na caminhada, possibilitando que eu alcançasse mais este nível de conhecimento;

Agradeço a minha família, em especial minha mãe Edna de Araújo Lima, que dispôs dos sentimentos mais fraternos para comigo, me confortando em momentos difíceis, me cobrando nas situações necessárias e prestando todo apoio financeiro necessário para tal formação. Ao meu pai Paulo e a minha irmã Priscila que sempre estiveram preocupados com minha trajetória acadêmica;

Ao meu namorado Emanuel Estrela que esteve comigo desde o princípio até o presente momento, acompanhando o meu processo de aprendizagem;

Aos meus amigos da Faculdade de Educação da UnB, Lucas Xavier, Igor Teodorico, Karoline Beserra, Andressa Magalhães e Rayane Gamazo que estiveram presentes nos momentos mais importantes da minha formação acadêmica e que fizeram parte da minha caminhada e, principalmente ao Hugo Versiani que eu escolhi para ser meu irmão, que sempre esteve comigo nas alegrias e nas tristezas me aconselhando, me fazendo rir e me ajudando na trajetória acadêmica.

Aos amigos do Ensino Médio, que me motivaram a escrever sobre este tema e que sempre me deram apoio em minhas escolhas e decisões.

Em especial ao Professor Orientador, Cleyton Hércules Gontijo pelo acompanhamento constante do meu trabalho, obrigada.

Cada dia que amanhece assemelha-se a uma página em branco, na qual gravamos os nossos próprios pensamentos, ações e atitudes. Na essência, cada dia é a preparação do nosso próprio amanhã.

Chico Xavier

SUMÁRIO

1. MEMORIAL	13
2 – MONOGRAFIA.....	18
INTRODUÇÃO	18
2.1– A Educação Superior no Brasil	23
2.1.1 – Histórico.....	23
2.2 – Acesso à Educação superior no Brasil no contexto atual.....	29
2.2.1 – Ações Afirmativas de acesso à Educação Superior.....	35
2.3 – PESQUISA.....	38
2.3.1 - Cotas Sociais: descrição da lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012	38
2.3.2 – Análise dos possíveis impactos, divergências e levantamentos da Lei nº 12.711	41
2.3.2.1 – Opiniões Favoráveis às cotas sociais	42
2.3.2.2 – Argumentações desfavoráveis às cotas sociais	48
2.3.3 – Considerações Finais.....	51
REFERÊNCIAS	53
3 – PERSPECTIVAS FUTURAS	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de proficiências de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio, por Dependência Administrativa- 2011

Tabela 2 – Nota média no Pisa 2009

Tabela 3 – Número de Concluintes do Ensino Médio da Área Urbana em escolas públicas e privadas

Tabela 4 – Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais, e à Distância por Regiões do Brasil, faixa etária (menor de 18 anos ou 18 anos completos) e rede pública ou privada

Tabela 5 – Os dez cursos mais concorridos da UnB pelo Sistema Universal

Tabela 6 – Os dez cursos mais concorridos da UnB pelo Sistema de Cotas para estudantes de escolas públicas com renda inferior a 1,5 salários mínimos

LISTA DE SIGLAS

Cespe – Centro de Seleção e Promoção de Eventos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DF – Distrito Federal

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIES – Financiamento Estudantil

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

ProUni – Programa Universidade para Todos

REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPeL – Universidade Federal de Pelotas

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UFVJM – Universidade Federal de Jequitinhonha e Mucuri

UNB – Universidade de Brasília

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

UNIUBE – Universidade de Uberaba

UPE – Universidade Estadual de Pernambuco

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

Este presente estudo dedicou-se a analisar as ações afirmativas de acesso à Educação Superior, tendo como foco principal a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que destina 50% das vagas das universidades públicas para alunos que cursaram os três anos do ensino médio na rede pública de ensino. O objetivo do trabalho consiste no levantamento e na análise dos possíveis impactos que esta medida terá na educação brasileira, assim como debater as transformações que ocorrerão nas escolas e nas universidades. Para isso, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, onde foram coletadas informações, dados estatísticos, reportagens, artigos de especialistas na área de políticas públicas da educação, e pesquisas que mostram as preocupações dos estudantes envolvidos nesse processo de reformulação. Por se tratar de um tema muito recente, as cotas sociais ainda não têm avaliações concretas de sua aplicação, porém com as pesquisas realizadas neste trabalho percebe-se que as expectativas são as melhores possíveis, esperando uma significativa transformação tanto no ensino médio quanto na educação superior. Para que essas mudanças ocorram é necessário, segundo especialistas, um acompanhamento adequado para que os alunos cotistas tenham sua permanência na universidade assegurada.

Palavras-Chave: Educação Superior, Escolas Públicas, Cotas Sociais, Ações Afirmativas

ABSTRACT

This present study was dedicated to analyze affirmative actions to Higher Education access, with main focus to Law No. 12711 of August 29, 2012, that reserved 50% of the vacancies in public universities for students who attended three years of high school in public schools. The objective of this work consists in the analysis and calculation of the possible impacts that this will have on Brazilian education, as well as discussing the changes that will occur in schools and universities. For that a bibliographic research was done and were collected information, statistical data, reports, studies, articles of experts in the public policies education area, and researches which shows the concerns of the students involved in this reformulation process. Considering that this is a very recent topic, social quotas don't have concrete evaluations of its application yet, but with the researches performed in this work it is clear that the expectations are the best possible, hoping for a significant transformation both in high school and in higher education. For these changes occur is needed, according experts, adequate monitoring for quota students have their permanence secured at the university.

Keywords: Higher Education, Public Schools, Social Quotas, Affirmative Actions.

PRIMEIRA PARTE

1. MEMORIAL

Lembranças são os momentos mais importantes que guardamos em nossos pensamentos e em nosso coração, momentos estes que marcaram datas, pessoas, locais e decisões. Momentos que muitas vezes contribuíram para definir a nossa personalidade e nossos planos para o futuro como, por exemplo, relações familiares, relações amorosas e, principalmente nossa profissão.

A minha vida escolar foi repleta de mudanças e adaptações a novos modelos de ensino, pois durante o meu Ensino Fundamental mudei três vezes de estado. Comecei a estudar em Brasília em uma escola da rede pública de ensino localizada na Região Administrativa Guará I, conheci pessoas muito importantes para o meu desenvolvimento e uma das professoras que mais marcou a minha trajetória escolar, a professora Remédios.

Minha família sempre foi a base das minhas conquistas e da minha vida em geral. Aos seis anos de idade meus pais se separaram, acabando assim com a ideia de família perfeita que havia dentro de uma imaginação inocente de uma criança de apenas seis anos. Foi difícil para eu entender o motivo pelo qual meus pais haviam se divorciado, pois era muito pequena e não sabia analisar e entender os motivos que os adultos tinham para decidirem acabar com um casamento. Nessa época uma moça trabalhava em nossa casa e ela se tornou a pessoa mais importante no meu processo de aprendizagem na época da minha alfabetização. O nome dela era Dulce Maria, hoje posso dizer que ela foi um anjo enviado por Deus para ajudar nossa família nesse período tão difícil para todos.

Logo após o divórcio dos meus pais, minha mãe recebeu uma proposta de trabalho quase que irrecusável, o único problema era que essa proposta demandaria uma mudança para o estado de Tocantins, mais precisamente para a cidade de Gurupi- interior do estado. Minha mãe não tinha condições de mudar de estado e levar eu e a minha irmã, pois ela não sabia como seria, se iria se estabilizar no trabalho, então ela foi para Gurupi e eu e a minha irmã ficamos morando em Brasília com a Dulce, essa situação durou mais ou menos oito meses. Minha mãe

vinha nos visitar todos os finais de semana. Passados esses oito meses, eu, a Priscila (minha irmã mais velha) e a Dulce fomos morar em Gurupi junto com a minha mãe.

Arelado a essa mudança várias transformações ocorreram na minha vida, e uma delas foi a minha primeira mudança de escola. Isso se deu quando eu estava na 1ª série do Ensino Fundamental, período de alfabetização. Quando minha mãe foi me matricular na Escola Presbiteriana de Gurupi, fui submetida a alguns testes de conhecimento, para avaliarem a que nível eu estava e se dava para eu acompanhar a turma em que seria matriculada. Os testes revelaram que eu não tinha capacidade para acompanhar a turma, pois eles já sabiam ler e escrever e eu ainda não sabia nem montar sílabas. Foi então que a Dulce Maria se tornou a pessoa mais importante na minha vida escolar. A escola deu um prazo de um mês para que eu pudesse me adaptar e alcançar o nível da turma, ou seja, aprender a ler e escrever nesse período.

A Dulce havia feito o Curso Normal de Brasília, que preparava pessoas para lecionar no primeiro ciclo do Ensino Fundamental e por isso ela pôde me auxiliar. Minha mãe a dispensou dos serviços domésticos e ela ficou exclusivamente destinada a me alfabetizar. Foi um longo e árduo processo, mas com muita dedicação, coragem e persistência nós conseguimos juntas. Graças a Dulce eu pude ser matriculada na turma de 1ª série do Ensino Fundamental e consegui acompanhá-los.

Estudei na Escola Presbiteriana de Gurupi durante dois anos e depois mudei para o Colégio Expansão, onde conquistei amigos que me acompanham até hoje. Minha criatividade e meu gosto pelos estudos foram cultivados nesta escola, pois ela proporcionava atividades pedagógicas excelentes. Sempre fui considerada uma excelente aluna, com boas notas, ótimos trabalhos. Esse meu interesse pelos estudos talvez tenha delimitado minha escolha pelo curso de Pedagogia, juntamente com outros aspectos que citarei posteriormente.

Aos doze anos de idade outra mudança aconteceu na minha vida. Minha mãe estava com graves problemas em seu trabalho, problemas estes que estavam afetando-a psicologicamente e por isso tivemos que voltar para Brasília. Posso dizer com toda convicção que esses seis anos que morei em Gurupi foram os melhores anos da minha vida até então. Foram momentos que delimitaram minha personalidade, meu jeito de ser, minha força de vontade, minha afetividade, minhas relações em geral. Conheci pessoas que não sairão do

meu coração e vivenciei experiências que sempre me acompanharão em todos os momentos da minha vida.

Quando voltamos para Brasília nossa situação financeira era complicada, por isso tivemos que morar um período com a minha tia Edi. Foi uma época muito difícil em nossas vidas, pois aconteceram mudanças que transformaram o nosso jeito de ser e a nossa convivência familiar. Eu e a Priscila fomos estudar em escolas públicas, fato que abalou muito minha irmã. O segundo ciclo do Ensino Fundamental cursei na Escola Classe 08 do Guará, lá me apaixonei pela matemática por conta de um professor chamado Adauto. Foram anos importantes na minha vida, mas que não me marcaram muito.

Na oitava série mudei para o Centro Educacional 02 do Guará, onde cursei todo meu Ensino Médio. Esta escola foi muito importante na minha vida, acredito que o período do Ensino Médio é o mais importante na vida de qualquer pessoa, pois é nessa época que conquistamos amigos e decidimos nossa profissão. Foi nesta escola que conheci meu atual namorado, Emanuel Estrela, pessoa que me acompanha em todas as situações da minha vida, me dando força, exemplo e conselhos.

Sempre gostei de analisar o papel da gestão escolar, as decisões que eles tomavam, o papel do orientador pedagógico, do diretor e principalmente dos professores. Lembro que eu tinha curiosidade de saber como era um conselho escolar, o que eles falavam de nós alunos. Isso influenciou muito na minha escolha pelo curso de Pedagogia.

Não achava que seria capaz de passar no primeiro vestibular da UnB- Universidade de Brasília, pois acompanhei de perto a batalha da minha irmã para ingressar na universidade pública. E a escola em si não incentivava muito os alunos a estudarem para o vestibular. No fundo eu não sabia ao certo se queria ingressar imediatamente no Ensino Superior ou se me dedicaria aos estudos para ingressar no serviço público.

Prestei meu primeiro vestibular e pela graça de Deus eu passei. Foi até então o momento mais emocionante da minha vida. A emoção de saber que você está dentro de uma das melhores universidades do país é indescritível, foi uma felicidade total. Pedagogia não era o curso dos meus sonhos, mas mesmo assim fui com curiosidade e dedicação para o primeiro dia de aula.

No primeiro semestre já fiz amizades que sempre guardarei com muito carinho em meu coração, amizades estas que me ajudaram a continuar no curso. Nenhuma disciplina cursada no primeiro semestre fez com que eu quisesse continuar cursando Pedagogia, mas me dediquei em todas e passei para o segundo semestre. Foi durante o segundo semestre que comecei a me interessar de verdade pelo curso e querer prosseguir até o final.

Cursei várias disciplinas que não me acrescentaram muito conhecimento, muitas matérias repetitivas, porém cursei disciplinas que me fizeram pensar em todo meu processo de aprendizagem, na dificuldade que eu tive em relação ao incentivo à Educação Superior na rede pública, e essa linha começou a me chamar atenção. A maioria dos professores nos alertava sobre a escolha do tema para trabalhar na monografia, porém nenhum nos deu a orientação necessária que nos fizesse pensar sobre isso na hora certa. Fiquei perdida em qual projeto eu iria fazer, realizei os que se adequavam com o meu horário e que eu tivesse o mínimo de interesse.

Antes de decidir qual o tema eu iria trabalhar na minha monografia, fiz o Projeto 3 Fase 1 no Grupo de Ensino, Pesquisa e Expansão da Faculdade de Educação, o GENPEX, comandado pelo professor Drº Renato Hilário dos Reis. A proposta desse projeto era voltada para a Educação de Jovens e Adultos em três regiões administrativas diferentes, Ceilândia, Itapoã e Taguatinga Sul. Optei por atuar em Taguatinga Sul na casa de semi-liberdade que abrigava menores que vivem em conflito com a lei. Em grupo fizemos um trabalho importante e muito gratificante na casa, porém sem muitos resultados. Me decepcionei um pouco com a linha do projeto e por isso decidi sair. Contudo, essa disciplina auxiliou bastante na minha formação acadêmica e na minha vida pessoal.

Foi então que cursei a disciplina Políticas Públicas da Educação com o professor Dr. Cleyton Hércules Gontijo, meu então orientador. Esta disciplina fez com que eu pensasse assuntos relacionados a minha história escolar, ao meu Ensino Médio, ao meu ingresso na UnB, pensar nos meus amigos próximos que não têm condições financeiras privilegiadas e que precisam pagar pelo seu curso superior, essas questões fizeram eu me matricular no Projeto 3 Fase 2 de Políticas Públicas e seguir nesse assunto até o Projeto 5.

Com as novas políticas educacionais de acesso à Educação Superior, meu interesse por estudar seus impactos na população universitária e nas escolas de Ensino Médio cresceu, fazendo com que eu dedicasse meu estudo final de curso para este tema. As desigualdades no

acesso à Educação Superior, as formas de permanência, as condições em que os alunos são submetidos, são assuntos que pretendo trabalhar para explicar um pouco o meu momento de ingresso na universidade pública de ensino.

SEGUNDA PARTE

2 – MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A Educação Superior vêm passando por grande expansão nas últimas décadas, isso decorre de vários motivos, entre eles, a universalização do ensino fundamental e a consequente elevação do número de alunos no ensino médio e, a demanda social pela educação superior decorrente das pressões do mercado de trabalho por trabalhadores mais qualificados que possam atender às necessidades da sociedade na atualidade.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, vieram também algumas modificações na educação básica do país, principalmente no Ensino Fundamental, visando uma universalização desse período de escolaridade. O artigo 205 de CF de 1988 institui a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Fundamental para crianças com faixa etária de 7 a 14 anos, tornando-se um direito público subjetivo, ou seja, é um direito que pertence à pessoa, sendo cabível reivindicação e manifestação para fazer valer seus direitos ou para ter acesso a algum serviço, no caso à educação. Dados estatísticos do Censo da Educação Básica do ano de 2011 mostram que cerca de 30 milhões de crianças estavam matriculados no Ensino Fundamental, considerando que 16 milhões nos anos iniciais e 14 milhões nos anos finais, tanto em escolas públicas quanto particulares.

A expansão do Ensino Fundamental provocou uma maior procura pelo Ensino Médio, entretanto, o número de matrículas nesse nível da educação básica ainda é significativamente menor do que o do Ensino Fundamental, pois apesar de ser obrigação do estado à oferta de vagas nesse nível de ensino, o aluno ainda não tem a obrigatoriedade de cursá-lo. Em 2011, segundo o Censo da Educação Básica, o número de matrículas no Ensino Médio era de aproximadamente 8 milhões de alunos, o que deixa explícito como é exorbitante a diferença de matrículas entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Porém, esse número de matrículas tem mudado com o passar dos anos. Considerando o disposto na Emenda 59 da Constituição Federal de 1988, que institui a obrigatoriedade da frequência escolar para todos

os que têm entre 4 e 17 anos de idade, a pressão pelo acesso à educação superior crescerá muito nas próximas décadas.

Com o aumento do número das matrículas no Ensino Fundamental e Médio a procura pela Educação Superior avançou bastante, ocasionando um crescimento no número de instituições que oferecem cursos de graduação. Entre os anos de 2001 – 2010 o número de Instituições de Educação Superior quase dobrou, sendo que em 2001 eram 1.391 IES e em 2010 teve um salto para 2.378, considerando que desse total a maioria eram de instituições privadas, totalizando o equivalente a 88,3 %, porém o maior número de matrículas está concentrado nas universidades – 54,3% no ano de 2010. Nessa década também a taxa de escolarização da população com faixa etária entre 18 a 24 anos cresceu cerca de 11,6%, ficando claro que a procura pela educação superior vem crescendo cada vez mais (BRASIL, 2010).

A elevada procura por esse nível de ensino, fez com que o governo pensasse em algumas políticas de ações afirmativas para que parte da juventude brasileira pudesse ter acesso às instituições de educação superior do país, sejam elas da rede privada ou pública. Neste sentido, as principais ações afirmativas voltadas para o acesso à Educação Superior no Brasil, que vigoram atualmente são:

- Programa Financiamento Estudantil (FIES) instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que é um programa do Ministério da Educação que financia a graduação de estudantes matriculados em universidades privadas. O aluno, após sua formação, tem um prazo para pagar ao governo o valor total de seu curso.

- Programa Universidade para Todos (ProUni), implementado pela Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004, o programa tem como objetivo conceder bolsas de estudos integral ou parcial em instituições privadas aos estudantes que comprovem baixa renda;

- Cotas Raciais: inicializada pelo Programa Diversidade na Universidade que está contemplado na Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, as cotas raciais se resumem na reserva de um número limitado de vagas nas universidades públicas destinada a grupos classificados por etnias, sendo mais frequente no Brasil para negros e indígenas;

- Cotas Sociais: regulamenta na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as cotas sociais, que privilegiam os estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.

O interesse ao tema de estudo iniciou-se com o ingresso na Universidade de Brasília, que conteve muitos desafios e dificuldades. A educação pública, muitas vezes, não possibilita ao aluno a entrada direta em uma universidade pública, que geralmente possui um processo seletivo que cobra um alto desempenho acadêmico do candidato. Ao presenciar a dificuldade de outros jovens que se formaram na rede pública de ensino do DF para ingressar na UnB, percebe-se que uma política pública educacional se faz necessária para esses estudantes.

No dia 11 de outubro de 2012 a Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, assinou o Decreto Nº 7.824 que regulamentou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto do mesmo ano, que trata do ingresso nas universidades públicas e nos institutos de ensino técnico. O parágrafo único desta lei deixa claro que 50% das vagas da rede de educação superior pública deverá ser reservada para os alunos que cursaram, integralmente, o Ensino Médio em escolas da rede pública de ensino, e que 50% dessas vagas serão destinadas a alunos provenientes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, *per capita*. Essa mudança acarretou diversas discussões entre os alunos já matriculados nas universidades públicas e entre os alunos de renda superior a esta definida.

Dessa forma, a presente monografia tem como objetivo geral:

- Levantar e analisar os possíveis impactos que esta medida de cotas sociais terá na educação brasileira, assim como debater as transformações que ocorrerão nas escolas e nas universidades.

E como objetivos específicos:

- Compreender o processo histórico de implantação da Educação Superior no Brasil;
- Analisar a Lei nº 12.711 que regulamenta as cotas sociais;

A fim de alcançar os objetivos traçados, esta monografia divide-se em três momentos. Inicialmente abordará a trajetória da implantação da educação superior no Brasil, desde seu início aos dias atuais, citando as primeiras faculdades existentes, os primeiros cursos e

focando principalmente na desigualdade, existente desde seu princípio, no acesso a este nível de escolarização.

Após a apresentação de um breve histórico da implantação da educação superior no Brasil, discutiremos o acesso a este nível de ensino no nosso país, considerando a necessidade de se pensar em ações afirmativas para garantir tal acesso. Nessa parte será realizada também uma breve exposição sobre as principais políticas públicas de acesso à educação superior vigentes no Brasil e os seus resultados até o presente momento.

A última parte do trabalho consiste na descrição da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e uma discussão que objetiva confrontar aspectos positivos e negativos a respeito da lei de cotas. Essa discussão deriva de artigos, reportagens e entrevistas de especialistas no assunto a jornais.

Para a produção deste trabalho, optamos por uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, tendo em vista a dificuldade de acesso às escolas públicas do DF para a realização de uma pesquisa de campo. Inicialmente seria realizada uma pesquisa com professores da rede pública de ensino do Distrito Federal a fim de analisar a visão deles sobre essa nova lei e o possível impacto na organização do trabalho com os estudantes do ensino médio, porém, em função do descompasso entre os calendários escolares da rede pública de ensino e da Universidade de Brasília, não foi possível contatar as escolas e os professores a tempo da finalização deste trabalho.

O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir de informações coletadas em artigos, revistas, jornais eletrônicos e reportagens a respeito da lei que cria cotas para egressos do ensino médio da rede pública nas universidades federais do país, buscando uma apreciação sobre a opinião dos especialistas do tema, objetivando encontrar possíveis críticas (positivas ou negativas) sobre a implementação da lei nº 12.711/12. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 158):

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A pesquisa bibliográfica é uma importante forma de estudo, pois possibilita que o pesquisador tenha acesso a diversas informações sobre o assunto sem necessariamente ir à campo para coletá-las, o que possibilita uma análise mais completa e sistêmica do assunto estudado. As principais vantagens desse estudo são trazidas por Gil (2008, p. 50):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A coleta dos dados foi feita por meio do portal eletrônico do Ministério da Educação, o portal da Scielo – página web onde são publicados diversos estudos científicos, como pesquisas e artigos – e em páginas de jornais eletrônicos (G1, UOL, Correio Braziliense dentre outros).

2.1– A Educação Superior no Brasil

2.1.1 – Histórico

O desenvolvimento da Educação Superior no Brasil ocorreu de forma diferenciada dos demais países latino-americanos. Inicialmente a educação era de responsabilidade da Companhia de Jesus que educavam os filhos das classes dominantes para que eles pudessem ingressar na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Segundo Anísio Teixeira (1969), a Universidade de Coimbra foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil, pois durante décadas esta universidade acolhia os filhos da elite portuguesa que nasciam nas colônias. O principal intuito da Universidade de Coimbra era a unificação da fé católica e a prevalência da Metrópole sobre as colônias. Os cursos ministrados pela universidade inicialmente eram Teologia, Filosofia, Medicina, Direito Canônico e Direito Civil.

A Educação Superior no Brasil começa, de fato, no ano de 1808 com a vinda da família real portuguesa ao Brasil devido à invasão das tropas napoleônicas em Portugal. Em consequência a esta mudança, os comerciantes baianos da época exigiram do então Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI, que criasse uma universidade para atender a demanda da população local de comerciantes, em contrapartida eles dariam uma espécie de auxílio financeiro. Segundo Fávero (2006, p. 20),

Nesse contexto, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (FAVERO, 2006, p.20).

Em 1810, por meio da Carta Régia de 4 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo

inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ (VILLANOVA, 1948). Algumas modificações mais significativas parecem ocorrer com a criação dos cursos jurídicos, em 1827, instalados no ano seguinte: um em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, em 15 de maio daquele ano. Segundo João Roberto Moreira, esses dois cursos passam a ter grande influência na formação de elites e na mentalidade política do Império. Constituem, sem dúvida, centros de irradiação de novas idéias filosóficas, de movimentos literários, de debates e discussões culturais que interessavam à mentalidade da época. E mais, tornam-se provedores de quadros para as assembleias, para o governo das províncias e também para o governo central (MOREIRA, 1960, p.53).

No Império, outras tentativas de criação de universidades se fizeram sem êxito; uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária.

Depois de instaurada a República, pode-se dizer que a iniciativa de maior importância em relação à educação superior foi a criação da primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, por meio do Decreto nº 14.343. Esta universidade, entretanto, seguia o modelo de educação elitista da Universidade de Coimbra, possuía faculdades profissionalizantes e preservava a autonomia de cada uma delas.

O ano de 1924 foi importante na educação brasileira, pois neste ano foi criada a Associação Brasileira de Educação, que discutia os principais problemas da educação superior e tinha como principal meta a criação do Ministério da Educação no Brasil.

Durante o período da República Nova (1930 – 1964), expressivas mudanças ocorreram na educação superior do Brasil. A primeira e, talvez a mais importante, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, no governo Getúlio Vargas (1930 – 1945). Foi criado, logo no início do mandato de Getúlio Vargas em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras que vigorou até o ano de 1961, que de acordo com Arabela Campos Olive, contem as seguintes atribuições:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades

seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (OLIVE, 2002, p. 34)

Em 1934 a igreja católica manifestou forte interesse na criação de uma universidade que servisse às regras da hierarquia eclesiástica e que valorizasse a formação humanista do homem, mas só após doze anos que a primeira universidade católica do país foi criada através do Decreto-Lei nº 8.681/46. Este tornaria modelo para a abertura das demais universidades católicas no Brasil.

Concomitantemente à criação da primeira Pontifícia Universidade Católica do país, a Universidade de São Paulo – USP abria suas portas e modificaria o trajeto da educação superior do Brasil, com escopo da reconquista do poder político ao estado de São Paulo. A USP teve importante influência no desenvolvimento do Brasil, pois se tornou o maior centro de pesquisa do país, sendo que as demais universidades existentes nesse período focavam mais no ensino e ignoravam a pesquisa.

O ano de 1961 marcou a história educacional do Brasil com a promulgação da Lei nº 4.024 que instituiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, que tinha como principal objetivo regularizar e definir o sistema educacional do Brasil, pautado na Constituição Federal.

No mesmo ano, a capital do Brasil foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília e, com isso, uma nova universidade foi pensada para atender a demanda da nova capital, esta era a Universidade de Brasília – UnB, que segundo Arabela Campos Olive (2002) foi pensada dentro de uma proposta inovadora:

Essa foi a primeira universidade brasileira que não foi criada a partir da aglutinação de faculdades pré-existentes; sua estrutura era integrada, flexível e moderna e contrapunha-se à universidade segmentada em cursos profissionalizantes. Seguindo o modelo norte-americano, organizou-se na forma de fundação e os departamentos substituíram as cátedras.

Sete anos após a fundação da UnB, a Lei nº 5.540/68 veio com o objetivo de fazer a Reforma Universitária no Brasil, criando os departamentos em todas as universidades federais do país, o sistema de créditos por disciplina, a substituição do caráter eliminatório pelo caráter classificatório do vestibular e, a principal mudança, foi a implementação do tripé nas universidades (ensino, pesquisa e extensão) que possibilitou a criação dos cursos em período integral em todas elas sendo que seus professores passariam a ter dedicação exclusiva.

Em praticamente duas décadas (1940-1960) a população do Brasil cresceu aproximadamente 70%, crescendo concomitantemente o número de matrículas na Educação Superior. Esse período foi muito importante no cenário do país, pois possibilitou a qualificação da mão-de-obra brasileira. A procura pelas vagas desse nível de escolaridade era tão superior à demanda que houve uma expansão do setor privado com a abertura de novas IES por todo o território nacional. Na década de 1980 essa procura houve uma significativa redução, devido à evasão dos estudantes do ensino médio e à falta de adequação das IES ao progresso do mercado, além das dificuldades econômicas da população para se manter nas instituições privadas.

Em um contexto de redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 foi um formidável instrumento que possibilitou uma preocupação maior com a educação brasileira, tendo o artigo 207 como eixo principal para a educação superior no Brasil. Este artigo traz consigo dois preceitos básicos para a constituição de uma universidade: *a)* a autonomia universitária no âmbito administrativo, financeiro, patrimonial e didático- científico; *b)* a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Dando ênfase ao tripé acadêmico, o artigo 213 da Constituição Federal, em seu §2º, dispõe que o Poder Público poderá financiar as atividades universitárias de pesquisa e extensão.

A principal contribuição da Carta Magna de 1988 foi a explicitação da necessidade de se pensar em um Plano Nacional de Educação que fosse de esfera nacional:

Por sua vez, o Art. 214 cria a necessidade de lei que estabeleça o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzem à:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica do País. (BRASIL, 1988, apud, CATANI, 2007; OLEIVEIRA, 2007)

Outro documento que se torna essencial quando se pensa do desenvolvimento da educação do Brasil, considerando seus avanços e modificações, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 1996 – Lei nº 9.394/96, que normatiza toda a educação do país. A LDB tinha como meta principal à reestruturação do sistema educacional

brasileiro, tendo um cuidado especial com a formação e a valorização dos profissionais da educação, gestão escolar e um olhar voltado também para os currículos nos diversos níveis de ensino. Tendo em vista essas modificações, pode-se considerar que a principal delas, para as escolas de ensino básico, trata-se da gestão democrática onde visa a participação de todos os membros da sociedade escolar em tomadas de decisões da escola como, por exemplo, na construção do Projeto Político Pedagógico de cada centro de ensino.

Os artigos 43 ao 57 da Lei nº 9.394/96 (LDB) estão especificamente voltados para a educação superior, sendo que o artigo 43 cita as devidas finalidades desse nível de ensino no Brasil, dentre elas vale ressaltar os dois últimos incisos:

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica tecnológica geradas na instituição;

Os trechos acima explicitam o real papel das IES na sociedade como um todo, da relação que seus estudantes devem ter com o mundo externo à universidade, onde eles devem gerar conhecimentos que possibilitarão melhorias sociais. Os demais incisos deste artigo se fazem de extrema importância no contexto social atual, porém esses dois destacados acima salientam em geral sua importância para o mundo.

A LDB de 1996 trouxe uma decisiva modificação no cenário acadêmico brasileiro com a inovação da estrutura dos cursos de nível superior e de programas tanto na graduação quanto na pós-graduação, os cursos sequenciais por campo de saber, que baseia-se em cursos de formação específica que tem duração média de dois anos e que só podem ser ofertados em Instituições de Educação Superior. Um detalhe importante a respeito dos cursos sequenciais é que eles não se constituem em cursos de graduação, mas são considerados de nível superior.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos aos candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, curso de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos aos candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, LDB, 1996)

Os demais artigos que são exclusivos da educação superior referem-se às normas e avaliação das instituições, assim como aos cursos que cada uma delas oferece, sendo da rede privada ou pública. Também ressalta aspectos relacionados à formação exigida para a docência na educação superior, oferta de cursos, cumprimento da autonomia conferida a cada IES e outros pontos importantes para o progresso desse nível de ensino no país.

O Plano Nacional de Educação só foi de fato aprovado em 2001, mais de dez anos após a especificação da necessidade de uma lei nesse patamar. O PNE teve duração de dez anos tendo como ponto de partida seu ano de aprovação, 2001 – 2010 e, suas principais definições foram a respeito da gestão e do financiamento da educação, da construção de metas para cada nível de ensino e em relação à formação e valorização dos profissionais de educação (BRASIL, 2001). Alguns pontos da Constituição Federal a respeito à educação superior foram lembrados no PNE como, por exemplo, a autonomia das universidades e sua indissociabilidade, porém outros aspectos relevantes ganharam ênfase, suscitando a importância da adaptação por parte das IES ao acesso e permanência de seus alunos.

Sem sombra de dúvidas, as últimas décadas podem ser consideradas as mais expressivas em relação à expansão e à inclusão de todas as camadas da sociedade na educação superior, pois diversas transformações na educação do país foram instauradas por meio dos documentos citados anteriormente e algumas políticas afirmativas que favorecem a igualdade no acesso foram pensadas.

2.2 – Acesso à educação superior no Brasil no contexto atual

O ingresso à educação superior, nos dias atuais, vem sendo trabalhado pelas escolas como meta principal do aluno ao concluir o Ensino Médio. Um dos fatores principais observados pelos pais ao se procurar uma escola para matricular seus filhos é o grau de aprovação em vestibulares de universidades públicas federais e estaduais, aumentando assim a concorrência nos vestibulares. Esta concorrência tem sido apontada por muitos como desigual, tendo em vista as diferentes condições na oferta de educação pelo sistema público e pelo sistema privado.

Um exemplo desta diferença pode ser visualizada por meio dos resultados do teste do Sistema de Avaliação da Educação Básica –SAEB, aplicado em 2011. A tabela abaixo mostra os resultados nas áreas avaliadas, diferenciados por tipo de dependência administrativa.

Tabela 1

Média das proficiências de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos da 3ª série do Ensino Médio, por Dependência Administrativa - 2011

Área	Média Nacional	Rede Federal	Rede Estadual	Rede Privada
Língua Portuguesa	267,63	325,45	260,24	312,66
Matemática	273,86	358,96	264,14	332,77

Fonte: Inep/Daeb – Elaboração própria

Observa-se, por meio da tabela acima, que as médias de proficiência dos estudantes da rede privada são superiores, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, às médias dos estudantes das redes estaduais de ensino.

Os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA também têm evidenciado a disparidade quando os resultados são desagregados pelas redes de ensino existentes, ou ainda pelas UFs. “Quando se comparam tais resultados com os dos demais

países participantes dessa prova, constata-se a existência de vários ‘Brasis’” (CORBUCCI, 2011, página 577) em nosso país, conforme se observa pela análise da tabela 2.

Tabela 2

Nota média no Pisa 2009

Classificação	País/Unidade	Média
1º	Shangai (China)	577
2º	Hong Kong (China)	546
3º	Finlândia	543
	Cingapura	543
5º	Coréia do Sul	541
6º	Japão	529
7º	Rede Pública Federal (Brasil)	528
19º	Rede Privada (Brasil)	502
58º	Brasil	401
64º	Redes Estaduais e Municipais (Brasil)	387
71º	Quirquistão	325

Fonte: CORBUCCI (2011, p. 577)

Tal como mostra a tabela 2, os estudantes brasileiros pertencentes à rede federal de ensino tiveram desempenho bastante elevado e superior ao da maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Um pouco abaixo ficaram os alunos das escolas particulares, ainda assim, com índice ligeiramente maior que a média dos países-membros dessa organização.

Esses valores obtidos pelas escolas particulares são relativamente maiores devido sua infra-estrutura e a valorização dos profissionais da educação. Por ter mensalidade com valores altos, as escolas particulares podem investir mais em materiais didáticos, conforto em sala de

aula e nos espaços da escola, nos professores e em outros aspectos. É necessário de fazer uma ressalva em relação aos livros didáticos utilizados pelos estudantes tanto de escolas públicas quanto de escolas particulares, pois muitas vezes eles utilizam livros idênticos no conteúdo, um fator importante no processo de aprendizagem.

Vários outros aspectos levam as escolas particulares a terem mais qualidade no ensino como a segurança, o estímulo positivo ao trabalho dos professores, as condições de sala de aula e principalmente a valorização dos profissionais.

Os argumentos apresentados anteriormente são explicitados em *rankings* que avaliam as escolas em avaliações de larga escala, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Na prova realizada em 2010 apenas 14 escolas do DF ficaram com notas referentes ao grupo 1, ou seja, que acertaram 75% a 100% da prova e, dentre essas escolas, somente três são públicas, sendo que elas ficaram nas três últimas colocações no *ranking* desse grupo (Portal GLOBO; acessado no dia 18/02/2013). Em 2012, o número de escolas públicas nesse *ranking* foi inexistente, pois, entre as 20 escolas consideradas as melhores do DF, todas eram particulares (Portal UOL; acessado no dia 18/02/2013). Com isso observa-se que os alunos das escolas particulares têm uma vantagem nos processos seletivos para ingresso na Educação Superior, pois durante sua formação na educação básica recebem preparação necessária para alcançar a aprovação nessas avaliações.

Cada universidade tem o seu processo de seleção para ingresso dos estudantes na instituição, sendo o mais comum o vestibular tradicional, com provas objetivas e redação sobre algum tema específico. Esse processo seletivo torna-se um desafio de superação na vida dos estudantes do ensino médio, sendo necessária muitas vezes a matrícula em um curso preparatório para alcançar a aprovação no vestibular.

Algumas universidades públicas já assumiram processos diversificados de seleção de estudantes, como exemplo, pode-se citar a Universidade de Brasília – UNB, que adotou uma prova seccionada para submeter os candidatos que cursam o Ensino Médio, o Programa de Avaliação Seriada- PAS. Este programa foi pensado pelo diretor do Serviço de Seleção do Vestibular, hoje o CESPE, o então Lauro Morhy em 1985, a fim de abrandar o impacto do vestibular na vida do candidato. A prova é dividida em três etapas, sendo aplicada uma prova ao final de cada ano letivo dos anos do ensino médio com conteúdo relativo ao que foi ministrado ao longo do ano, o que facilita a demonstração dos conhecimentos necessários

para a aprovação. A primeira prova do PAS foi realizada apenas no ano de 1996, após onze anos de seu projeto inicial. Os alunos que se submeteram a esta prova ingressaram na UNB três anos após a primeira avaliação, pois a mesma tem duração de três anos.

Outras universidades públicas aderiram o vestibular seriado como, por exemplo, a UFAL, UFAM, UFV, UEPG, UFLA, UFJF, UNIUBE, UNIMONTES, UFVJM, UFU, UEPA, UFPA, UFPB, UPE, UFPI, UFRR, USP, UFS, UEM, UFPeL, UFMS, com nomenclaturas diferenciadas, porém com semelhante estrutura de avaliação.

O acesso à educação superior desde o início privilegia a elite da sociedade, contudo, com o passar dos anos, esse cenário está se transformando aos poucos, possibilitando cada vez mais o ingresso de todas as camadas sociais nas IES tanto públicas como particulares. O que se discute bastante é a preservação da equidade nos processos seletivos das instituições, para não favorecer as classes sociais mais altas e impossibilitar ou dificultar o acesso das classes sociais mais baixas. Essa equidade, porém não é totalmente estabelecida, conforme Gisi (2006) aponta:

Com o passar do tempo, os cursinhos preparatórios foram se aprimorando, nas mãos de instituições de ensino privado, que “vendem” por altos preços a entrada na educação superior, sendo possível, tão somente, aos alunos com condições econômicas para tanto. Não só em razão de deficiências da educação básica, mas também pela falta de vagas em universidades públicas, que aumenta a cada ano a concorrência e leva os alunos a necessidade de complementar os estudos em cursinhos dirigidos ao tipo de vestibular existente. (p. 5)

A autora faz uma abordagem de como o vestibular atual é estruturado e indiretamente condicionado aos alunos de classes sociais mais beneficiadas financeiramente, pois como dito anteriormente, os familiares que possuem condições de pagar pela educação de seus jovens, procuram escolas que têm um elevado nível de aprovação em processos seletivos nas universidades públicas.

Constantemente são realizadas críticas ao ensino regular básico da rede pública do Brasil, decorrente de diversos motivos como condições físicas em que os profissionais da educação e os alunos são submetidos, baixa valorização dos professores, falta de material adequado para um processo de ensino-aprendizagem de alta qualidade e outros fatores que merecem estudo direcionado e específico. Tendo em vista essas observações, o ensino público, em geral, não comporta a demanda educacional necessária para preparação de seus

estudantes para o ingresso direto na educação superior público. Isso fica explícito na inversão ocorrente nas matrículas das IES públicas e privadas, ou seja, na maioria das vezes os alunos provenientes de escolas particulares alcançam com mais rapidez e menos esforço a educação superior público, e os alunos provenientes de escolas públicas precisam de um esforço maior para conseguir ingressar nessas universidades, como explicitado no documento de resumo técnico do Censo da Educação Superior do INEP (2010):

Tabela 3

Número de Concluintes do Ensino Médio da Área Urbana em Escolas Públicas e Privadas

	Total	Rede Pública	Rede Privada
Brasil	1.757.934	1.484.005	273.929
Norte	140.760	126.301	14.459
Nordeste	510.991	439.522	71.469
Sudeste	761.360	635.605	125.360
Sul	224.174	185.750	38.424
Centro - Oeste	120.558	96.735	23.823

Fonte: MEC/Inep/Deed 2011 – Elaboração Própria

A tabela a seguir mostra os números de matrículas na educação superior nas regiões do Brasil, focando a faixa etária (18 anos) e as IES públicas e privadas:

Tabela 4

**Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Regiões do Brasil,
Faixa Etária (18 anos) e Rede Pública ou Privada.**

	Total	Rede Pública	Rede Privada
Brasil	297.322	103.641	193.681
Norte	19.639	8.847	10.792
Nordeste	54.923	28.053	26.870
Sudeste	119.220	30.542	88.678
Sul	66.035	22.407	43.628
Centro – Oeste	37.505	13.792	23.713

Fonte: MEC/Inep/Deed 2011 – Elaboração Própria

Percebe-se com os dados acima apresentados que realmente ocorre uma inversão nas matrículas em relação aos estudantes de instituições públicas e privadas, ou seja, constantemente observa-se que os alunos provenientes das escolas públicas de ensino ingressam em IES particulares, inversamente ocorre com os estudantes originários de escolas particulares que geralmente ocupam as vagas ofertadas nas IES públicas.

No Brasil, vários sujeitos sofrem discriminação, entre eles, os negros, indígenas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com baixo poder econômico. Essa discriminação também é percebida quando se discute o acesso à educação superior, porém, algumas medidas estão sendo tomadas para que essa desigualdade seja amenizada por meio de políticas afirmativas.

2.2.1 – Ações Afirmativas de acesso à Educação Superior

As ações afirmativas têm um importante papel no processo educacional brasileiro, pois possibilitam a expansão do ensino para toda uma sociedade que sofreu ou sofre algum tipo de discriminação, seja ela racial, sexual, étnica ou por algum outro aspecto. Alguns autores trabalham o conceito de ações afirmativas, como Guarnieri e Melo-Silva (2007):

As Ações Afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral. O principal objetivo destas medidas consiste em promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios. No Brasil as ações afirmativas são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros) por meio da reserva de vagas (GUARNIERI; MELO-SILVA; 2007, p. 70).

Outros autores também dissertam sobre o conceito de ações afirmativas e sua real função em uma sociedade. Algumas questões são levantadas a respeito desse debate como, por exemplo, a necessidade da proibição da discriminação e, ao mesmo tempo, ações de conscientização em relação à valorização da pessoa humana, considerando as suas peculiaridades étnicas, de gênero e de formas de expressão cultural. Com relação ao combate à discriminação, Piovesan (2008) nos diz que:

Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação (PIOVESAN, 2008, p. 4).

Nesse contexto de como se dá o processo de uma política compensatória, apresentamos a seguir algumas políticas que estão vigorando no cenário brasileiro com a finalidade de promover o ingresso na educação superior, tentando diminuir as desigualdades existentes e amenizar os possíveis impactos que essa discriminação traz ao país.

- FIES – O programa Fundo de Financiamento Estudantil, instituído pela lei nº 10.260 de 2001, tem como objetivo financiar o curso superior em IES não gratuitas de estudantes que não possuem condições financeiras necessárias para bancar sua graduação. Durante o curso, o estudante deverá pagar uma taxa máxima de R\$50,00 em trimestres para quitação de juros sobre o financiamento. O aluno tem a opção de financiar integral ou parcialmente seu curso tendo uma carência de 18 meses após o término da graduação para continuar pagando os juros do financiamento. Quando o período de carência acabar, o aluno começa a quitar seu saldo devedor. O prazo para esta quitação é baseado no cálculo: 3x os anos da duração do curso + 12 meses. Ou seja, se o curso tiver duração de 4 anos, o estudante terá até 13 anos para quitar seu saldo devedor. No ano de 2010 o FIES passou por algumas reestruturações, a mais importante foi o incentivo do governo para a carreira docente, os estudantes que optarem por cursos de licenciaturas poderão quitar sua dívida com trabalho em escolas públicas, a cada um mês trabalhado 1% da dívida será abatida.

- ENEM – O Exame Nacional do Ensino Médio teve aplicação como método de avaliação do ensino médio durante 10 anos consecutivos – de 1998 a 2008. Logo em 2009 o ENEM passou por uma significativa transformação, com uma proposta de ser um vestibular unificado para ingresso nas universidades brasileiras por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A nota do ENEM ainda não é totalmente utilizada por todas as universidades públicas do Brasil como forma de seleção, porém a grande maioria já utiliza esse método para selecionar seus estudantes. O SiSU é uma plataforma criada pelo Ministério da Educação onde os alunos que obtiveram nota igual ou superior à média nacional poderão se inscrever a vagas de universidades de todo o país que aderiram parcial ou integralmente ao ENEM como vestibular. A pontuação do Exame Nacional do Ensino Médio é utilizada também para ingresso de estudantes em IES privadas através do ProUni.

- ProUni – O programa Universidade para Todos foi criado em 2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, tem como objetivo a oferta de bolsas parciais ou integrais em cursos de graduação em IES de nível superior privadas. É uma negociação entre governos e IES privadas que em troca das bolsas de educação superior o governo dá alguns benefícios em forma de isenção de tributos. O processo seletivo se dá através da nota obtida pela prova do ENEM e é destinado a estudantes egressos do ensino médio da rede pública de ensino ou para estudantes de escolas particulares em condições de bolsistas que possuam renda per capita máxima de três salários mínimos.
- Cotas Raciais – As cotas raciais são vagas reservadas em instituição públicas de educação superior a camadas sociais que sofreram ou sofrem desigualdades étnicas ou raciais acentuadas, com intuito de reverter esse racismo histórico vivido por esses grupos. As cotas raciais começaram a vigorar nas universidades brasileiras no ano de 2000 por meio da lei estadual nº 3.524, estabelecendo que 50% das vagas das IES públicas deveriam ser destinadas a pessoas denominadas negras, pardas ou indígenas.
- Cotas Sociais – As cotas sociais começaram a vigorar no Brasil a partir da lei nº 12.711 de 29 de agosto do ano de 2012, no governo da Presidente Dilma Vana Rousseff, com intuito de reservar vagas em universidades públicas para estudantes provenientes de escolas públicas e que possuem renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos.

Os detalhes de legislação, aplicação e conseqüências das cotas sociais serão apresentados mais detalhadamente a seguir.

2.3 – PESQUISA

2.3.1 - Cotas Sociais: descrição da lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012

No contexto de desigualdade social em que o Brasil se encontra atualmente, em relação ao acesso à educação superior, algumas medidas estão sendo pensadas para que essa discrepância não ocorra com tanta intensidade. O governo federal analisa constantemente estratégias que melhorem a qualidade de ensino no país, principalmente quando se trata das classes que sofreram e ainda sofrem algum tipo de discriminação ou exclusão social. Para amenizar esses efeitos na sociedade, algumas medidas são tomadas, constituindo-se em políticas públicas voltadas para a educação. A mais recente e talvez a que gerou mais polêmica entre os estudantes e professores foi a instituição de cotas sociais, regulamentada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, sancionada pela presidenta Dilma Vana Rousseff.

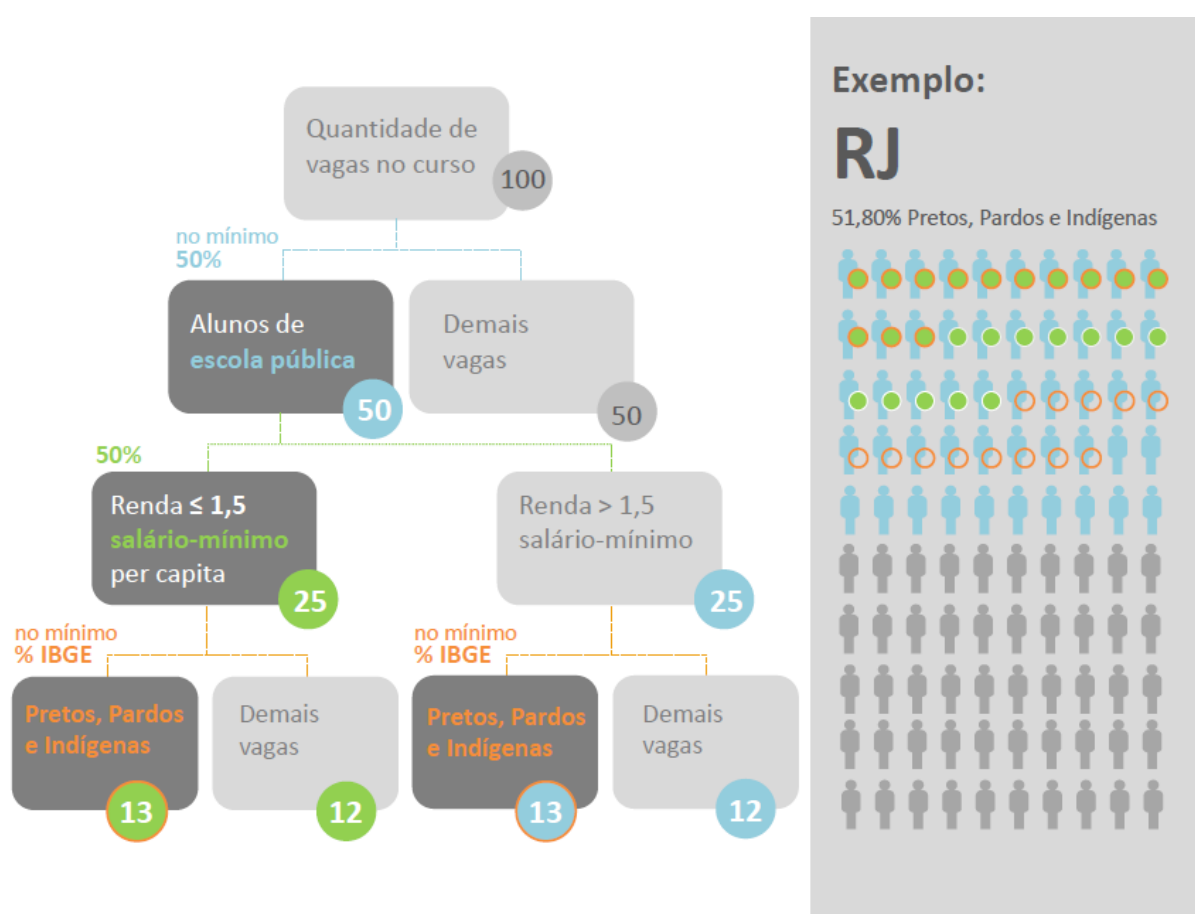
Essa Lei reserva no mínimo 50% das vagas em instituições de educação superior públicos – universidades, institutos federais e centros universitários – para estudantes que cursaram os três anos do Ensino Médio, com aprovação total, em escolas públicas das unidades federativas da União. Das vagas reservadas a esse grupo, 50% são para estudantes que comprovarem renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um salário-mínimo e meio). Dentro dessa porcentagem de renda, deve haver reserva para estudantes que se declararem pretos, pardos e indígenas, sendo que essa porcentagem deve equivaler proporcionalmente ao número de pessoas que se autodeclararam pretas, pardos e indígenas nas pesquisas do IBGE.

O conceito de família seguido para o cálculo da renda, segundo o MEC, está:

De acordo com a Portaria Normativa nº 18/2012, família é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras de um mesmo domicílio.

Abaixo segue um gráfico hipotético produzido pelo MEC para demonstrar como se dá a distribuição das vagas de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Foi utilizada como exemplo a população do Rio de Janeiro, considerando o número de pessoas que se consideram pretas, pardas e indígenas e o número de estudantes provenientes de escolas públicas.

Gráfico 1: Distribuição de vagas para cotistas



Fonte: MEC

Este gráfico exemplifica detalhadamente como deve ser a distribuição das vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas nas IES, através da regulamentação exigida pela lei anteriormente citada.

A implementação desta lei é um ponto que gerou muita polêmica e dúvidas entre as instituições universitárias e entre os próprios alunos, pois não sabiam ao certo quando deveriam se adequar as novas regras.

Conforme o ministro da educação, Aloizio Mercadante Oliva:

Hoje, 88% dos estudantes brasileiros do ensino médio provêm de escolas públicas; 12% das particulares. A lei assegura que, em até quatro anos, metade das vagas em todas as universidades federais, em todos os cursos, será ocupada por alunos oriundos da escola pública. Então, há um caráter de renda, um caráter de raça, a inclusão social. Mas é prioritariamente para alunos da escola pública. Para o ano que vem, todos os cursos, em todas as universidades federais, terão de assegurar, pelo menos, 12,5% das matrículas a alunos das escolas públicas brasileiras. (Portal MEC)

Há uma ressalva em relação aos alunos que participaram do ENEM e que irão pleitear as vagas das universidades federais através do primeiro SiSu (Sistema de Seleção Unificada) de 2013. Esses alunos já podem concorrer às vagas reservadas para estudantes de escolas públicas, pois a maioria das IFES já destinaram uma quantia de vagas para seguir a lei.

A lei deixa claro que os alunos que cursaram os três últimos anos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos também podem aderir ao processo das cotas sociais, seguindo a premissa de aprovação total em todas as disciplinas cursadas durante este período.

Um projeto de tutoria foi pensado pelo MEC para acolher os estudantes que ingressarão através das cotas sociais, ou seja, os professores, funcionários e a própria direção das faculdades que compõem as universidades ficarão “responsáveis” pelo acolhimento e adaptação desses alunos dentro da universidade. Essa proposta tem como principal finalidade prestar um serviço de apoio pedagógico para os cotistas, para amenizar o impacto da mudança da estrutura educacional da escola pública para uma instituição federal de educação superior.

As cotas sociais, como uma ação afirmativa do Estado, têm caráter provisório e avaliativo, por este motivo sua duração é de dez anos após a data da sanção da Lei nº 12.711. Após este período será realizada uma avaliação dos resultados a fim de analisar os impactos positivos e negativos ocasionadas na educação superior por esta lei. Esta análise é de extrema importância, pois serve como um retorno para avaliar se os objetivos iniciais foram alcançados e quais procedimentos podem ser tomados para melhoria da proposta inicial.

2.3.2 – Análise dos possíveis impactos, divergências e levantamentos da Lei nº 12.711

A implementação das ações afirmativas, principalmente em forma de cotas universitárias, suscitam um cenário de discussões polêmicas entre os indivíduos da sociedade. Muitas vezes, pessoas que não possuem as características necessárias para usufruir das cotas raciais ou sociais se sentem prejudicadas de alguma forma, com isso as opiniões se divergem bastante quando se trata de uma política compensatória.

Alguns especialistas na área de políticas públicas da educação no Brasil estão a todo tempo publicando estudos e matérias relacionadas aos impactos que tais ações têm sobre o cotidiano dos alunos cotistas com relação aos demais estudantes, sobre as influências e as modificações que essas iniciativas representam para o processo de expansão do acesso à educação superior e principalmente a respeito das condições de permanência na universidade das pessoas que usufruem das cotas. Para não existir, também dentro da universidade, as discriminações raciais, sexuais e sociais, as doutorandas de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia, Paula Bacellar e Silva e Patrícia da Silva publicaram sobre a importância da representatividade dos estudantes cotistas dentro das universidades para manter uma relação amigável com os demais alunos:

Ressalta-se a importância de conhecer e compreender as representações sociais de estudantes universitários acerca das políticas de cotas nas universidades, uma vez que estas influenciam a forma como estudantes que ingressaram na universidade com base em critérios distintos irão se relacionar no dia-a-dia da vida acadêmica. Espera-se que o conhecimento destas representações sociais possa auxiliar no planejamento de futuras intervenções com intuito de contribuir para a promoção das relações amigáveis e respeitadas entre os estudantes universitários, reduzindo, assim, a ocorrência de preconceito e discriminação direcionados aos estudantes "cotistas", constatados em estudos realizados após a implantação das cotas. (BECHELLAR; SILVA, 2012, p. 5)

A adaptação dos estudantes cotistas no dia-a-dia universitário é um dos principais pontos de preocupação dos especialistas da área, pois levanta-se a questão da capacidade de acompanhamento do conteúdo por partes desses estudantes, ou seja, o fato é se realmente os alunos egressos de escolas públicas entrarão na educação superior preparados para a carga de estudos acadêmicos exigida pelas universidades públicas.

Os estudantes que possuem renda familiar *per capita* inferior ou igual a 1,5 salários mínimos, que serão os principais beneficiados com a Lei nº 12.711, na maioria das vezes passam por dificuldades que desfavorecem a permanência deles no curso de graduação. Os principais motivos são a necessidade de trabalhar no período contrário ao das aulas, dificuldades na locomoção para universidade e a mais influente, a falta de condição para adquirir os materiais necessários para formação acadêmica, como livros e demais materiais de apoio ao processo de aprendizagem.

Levando em consideração os aspectos acima citados, o governo federal, por meio do MEC e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, propuseram um pacote de medidas que visam assegurar a permanência do aluno cotista na universidade. A proposta é pagar para estes alunos uma bolsa permanência (com valor ainda não estipulado), para que eles possam bancar suas despesas com materiais didáticos por exemplo. Outra medida é montar centros de convivência negra, já existentes em algumas universidades federais como, por exemplo, a Universidade de Brasília – UnB, para que os alunos negros possam coletivamente desenvolver atitudes de enfrentamento contra a violência, reduzindo a discriminação e preconceito dentro do ambiente acadêmico. (Portal da EBC; acessado em 20/02/2013). Em entrevista para a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, o secretário executivo da Seppir, Mário Lisboa Theodoro, anunciou que outra medida tomada que favorecia a permanência dos cotistas nas universidades é o monitoramento do desempenho acadêmico dos cotistas, assim como o acompanhamento da inserção no mercado de trabalho após sua formação concluída.

2.3.2.1 – Opiniões Favoráveis às cotas sociais

Estudiosos e especialista das áreas de Políticas Públicas da educação, de História e de Psicologia Social, muitas vezes, se mostram favoráveis às cotas sociais, por acreditarem que o país finalmente está evoluindo histórica e socialmente, implantando medidas que valorizem as camadas sociais que passaram ou ainda passam por desigualdades sociais e/ou raciais. Defendem a visão de que uma maior quantidade de pessoas negras e pobres tem que se formar no nível superior, para posteriormente ocuparem profissões de prestígio social, modificando assim o cenário trabalhista brasileiro. Essas informações ficam comprovadas quando se

analisa os números estatísticos do Censo Escolar do ano de 2010, onde aparecem alarmantes 87,4% de alunos das universidades públicas (que são as mais conceituadas do país) sendo oriundos de escolas particulares de ensino (IBGE, 2010).

Para a historiadora Verena Albertini, atual coordenadora de documentação do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas – FVG, as cotas são um meio de reparação da injustiça histórica sofrida por determinada parte da sociedade:

Agora que o Estado do Brasil é a favor da lei de cotas, está apresentando a responsabilidade de consertar o que estava errado. E muitas vezes a gente pensa que o que estava errado estava assim por herança da escravidão, como se fosse por inércia. Mas é importante ver que o Estado, depois de 1889, instituiu políticas diferenciando a população; estimulando a imigração, o embranquecimento. Nós nunca tivemos leis de segregação racial, mas tínhamos leis que proibiam manifestações afro-brasileiras, até a década de 1920, por exemplo (Acessado em www.revistadehistoria.com.br)

Em estudo realizado pelo pesquisador colaborador da Faculdade de Educação da UnB em 2009, Jacques Velloso, os estudantes cotistas, em comparação com os não-cotistas, tiveram desempenho igual ou superior na maioria dos cursos analisados pelo pesquisador. Isso mostra que os alunos que ingressam nas universidades públicas por cotas, têm as mesmas condições de aprendizagem dos demais alunos. Esses dados se repetem também em pesquisas semelhantes realizadas na Universidade Federal da Bahia. Para Jacques Velloso:

A reserva de vagas em instituições federais de educação superior, instituída em projeto de lei recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, pauta-se por princípio e mecanismo desejáveis para a imediata correção de desigualdades de oportunidades sociais e raciais pregressas. Os efeitos desse mecanismo serão sempre modestos - embora inadiáveis -, pois o caminho mais eficaz é de longo prazo, situando-se na oferta da escola pública de boa qualidade para todos. Espera-se que aperfeiçoamentos introduzidos durante a tramitação futura do projeto incluam os que permitem à autonomia universitária adotar mecanismos inovadores de correção de desigualdades raciais e sociais, sempre obedecendo ao espírito do princípio maior aprovado. De todo modo, considerando os resultados aqui discutidos, tudo indica que correções como as almejadas virão a ter êxito, sem qualquer prejuízo para o padrão acadêmico da universidade, a despeito do que vem sendo afirmado por muitos dos críticos da reserva de vagas. (VELLOSO, 2009, p. 21)

O jornal Correio Braziliense, aponta através de falas de especialistas algumas modificações positivas que poderão ocorrer na educação básica do Brasil, principalmente no

Ensino Médio. Considerando que uma parte dos alunos que realizarem o ensino médio completo em escolas públicas pleiteará vagas de universidades federais por cotas, espera-se que muitos pais e os próprios alunos da classe média alta e da classe alta optem pela matrícula nessas instituições de ensino médio. Esse fato faz com que a educação pública se adeque às demandas dessa nova população de estudantes. Os alunos que realmente necessitam da educação pública do país também passarão a ter uma melhor qualidade no ensino, para que possam concorrer de forma justa com os demais alunos egressos dessas escolas e, principalmente, para que consigam permanecer na universidade de forma a concluir o curso de graduação com as condições necessárias.

A possível mudança de matrículas de estudantes da rede privada para a rede pública é um ponto que gera polêmica, pois com isso as cotas sociais não estarão favorecendo completamente os alunos que realmente eram o foco da lei. Em entrevista para o jornal Correio Braziliense em dezembro de 2012, o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara disse que as cotas sociais vão colocar em debate a educação pública, pois drásticas mudanças deverão ser tomadas para que a qualidade do ensino seja alcançada nas escolas públicas do país. O professor e doutor em educação pela Universidade de São Paulo –USP, Rubens Barbosa discorda da afirmação de Daniel Cara:

Quem pode pagar, vai continuar pagando porque [o ensino privado] faz parte de uma opção familiar. Eu acho que o efeito mais significativo das cotas na escola pública será o estímulo a estudantes negros que, antes, sem perspectiva de acesso à educação superior, nem concluíam o ensino médio. Agora, muitos vão se esforçar para conseguir chegar ao fim porque sabem que têm mais chances de entrar na universidade. (BARBOSA, 2012)

Compartilhando da visão de Barbosa, as cotas sociais, de certa forma, incentivarão os estudantes concluintes do Ensino Fundamental a realizarem o ensino médio completo, não só os negros, mas todos os alunos de escolas públicas que antes não enxergavam uma maneira de ingressar em uma universidade pública e por este motivo, muitas vezes, desistiam de terminar sua formação no ensino médio. Há uma esperança também da diminuição da evasão escolar nesse período de formação do estudante, o ensino médio, pois terá um incentivo a mais para que todos o concluam.

Os estudantes que prestaram vestibular no primeiro semestre de 2013 tinham receio de aumentar a concorrência entre os cursos e a aprovação ficar cada vez mais difícil para esses

alunos que não possuem as exigências para usufruir das cotas. Porém, o coordenador do Cespe, Marcos Vinícius Soares, afirma que muitas vezes os alunos que optarem por concorrer às vagas pelo sistema de cotas, dependendo da escolha do curso, enfrentarão maior concorrência se comparado ao sistema universal como, por exemplo, os cursos de Engenharia Civil, Medicina dentre outros.

Segundo informações de Marcos Vinícius ao jornal Correio Braziliense a respeito do número de inscritos no primeiro vestibular de 2013:

Ao todo, 24.977 pessoas se inscreveram para o 1º vestibular de 2013. Entre elas, 14.858 disputarão pelo sistema universal, 6.774 pelas cotas para escolas públicas e 3.009 estão reservadas para negros. Neste ano, a instituição oferta 2.092 vagas para ingresso no primeiro semestre letivo. Do total de inscritos, 336 serão treineiros, ou seja, fazem as provas, recebem o boletim de desempenho individual, mas não concorrem às oportunidades. (Portal Correio Web; acessado em 20/02/2013)

Abaixo segue tabela com o *ranking* dos dez cursos mais concorridos da UnB de acordo com o tipo de sistema (universal, cotas para estudantes de escolas públicas com renda inferior ou igual a 1,5 salários mínimos e cotas para estudantes de escolas públicas com renda superior a 1,5 salários mínimos):

Tabela 5

Os dez cursos mais concorridos da UnB pelo Sistema Universal

Cursos	Concorrência por vaga
1º Medicina	121,09
2º Engenharia Civil	42,92
3º Direito Diurno	42,50
4º Relações Internacionais	34,81
5º Odontologia	32,00
6º Psicologia	31,50

7º Arquitetura e Urbanismo	31,31
8º Comunicação Social	26,14
9º Desenho Industrial (Bacharel)	25,50
10º Direito Noturno	24,20

Fonte: Cespe- Elaboração Própria

Para enfatizar a fala do coordenador do Cespe à respeito da concorrência pelas vagas dos cursos mais concorridos na UnB, com intuito de mostrar que, que muitas vezes, os cursos escolhidos pelos alunos cotistas não coincidem com os cursos escolhidos pelos estudantes do sistema universal. A tabela mostra, para efeito de comparação, os dez cursos mais concorridos entre os estudantes das cotas para estudantes de escola pública com renda inferior a 1,5 salário mínimos. Nesta tabela despreza-se os números relacionados aos estudantes cotistas com renda *per capita* superior a 1,5 salários mínimos.

Tabela 6

Os dez cursos mais concorridos da UnB pelo Sistema de Cotas para estudantes de escolas públicas com renda inferior a 1,5 salários mínimos.

Cursos	Concorrência
1º Medicina	61,00
2º Direito (noturno)	43,50
3º Nutrição	43,00
4º Direito (diurno)	40,50
5º Odontologia	33,00
6º Engenharia Civil	26,50

7º Fisioterapia (Ceilândia)	25,00
8º Comunicação Social	23,50
9º Administração (noturno) e Enfermagem (Ceilândia)	23,00
10º Administração (diurno)	22,00

Fonte: Cespe. Elaboração própria.

Como se pode observar os cursos escolhidos por esses dois grupos de estudantes são divergentes. As opções iguais de cursos como, por exemplo, o curso de Medicina, Direito (diurno) e Odontologia os cotistas enfrentam por sua vez uma concorrência maior quando se compara com a concorrência do sistema universal de vagas. Isso ocorre com o curso de Odontologia, onde as tabelas demonstram em números que os alunos cotistas passam por maior concorrência.

As vantagens das cotas sociais que privilegiam estudantes provenientes da rede pública de ensino indicam que os benefícios trazidos por esta modificação no acesso ao educação superior podem representar importantes revoluções no cenário educacional brasileiro. O principal deles e o mais citado é a possível melhoria da qualidade do ensino médio em escolas públicas no Brasil, que passam por um processo de calamidade tanto em questões estruturais quanto em aspectos pedagógicos, necessitando de uma transformação imediata. Infelizmente essas mudanças são apenas hipóteses baseadas em estudos de especialistas, porém, se o governo, juntamente com a comunidade escolar, levar em conta a importância das cotas sociais para o desenvolvimento da educação no país, resultados positivos e satisfatórios poderão ser observados ao término da vigência da lei, daqui a dez anos.

2.3.2.2 – Argumentações desfavoráveis às cotas sociais

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, fez com que os estudantes de escolas públicas tivessem mais esperança de ingressar em uma universidade pública logo após o término do ensino médio, pois anteriormente a esta lei, as oportunidades de ingresso eram menores em relação aos estudantes de escolas particulares, como já mostrado anteriormente em números estatísticos. As vantagens trazidas por essa ação afirmativa são muitas, porém traz seus pontos negativos na visão de alguns estudiosos especialistas e de estudantes do ensino médio, principalmente da rede privada.

A principal crítica a respeito das cotas para estudantes egressos das escolas públicas está ligada a uma possível queda da qualidade do ensino ministrado nas universidades públicas, pois acreditam que esses alunos não estão bem preparados para acompanhar o nível pedagógico das instituições, que geralmente é bem complexo. A maioria dos alunos que estudaram ou estudam em escolas públicas têm baixa renda familiar, isso faz com que as famílias mais pobres da sociedade cultivem pensamentos que de alguma maneira são repassados para seus filhos, que no caso são os jovens. São pensamentos que influenciam diretamente na opção do jovem entre os estudos e o trabalho por exemplo. Muitos pais vêem nos seus filhos sua semelhança e não acreditam que através da educação o futuro deles poderá ser modificado, levando a desmotivação por parte dos estudantes a encerrar seus estudos no ensino médio (quando conseguem concluí-lo).

Esses aspectos são levantados pelo professor do Departamento de Informática Aplicada da UFRGS, Drº Daltro José Nunes em seu artigo publicado pelo Jornal da Ciência no dia 22 de fevereiro do ano de 2013, onde foram eleitos seis das principais dificuldades que os estudantes de escolas públicas têm para ingressar na educação superior:

- 1) Jovens de família pobres têm que trabalhar para contribuir para o sustento da família e não tem tempo para estudar;
- 2) Família pobres não têm condições de investir na formação superior de seus filhos;
- 3) Jovens de famílias pobres, que concluem a formação básica, em escolas publicas, sabidamente, em media, de baixa qualidade, não tem condições de conquistar uma vaga em instituições de nível superior públicas, porque a concorrência é forte e o

- processo seletivo é baseado nos conhecimentos adquiridos no ensino básico;
- 4) A cultura existente nas classes mais pobres da população de que, atingindo 17-18 anos, está na hora do jovem trabalhar e fazer pela vida;
- 5) A cultura existente nas famílias mais pobres da população, que vêem nos seus filhos sua imagem, desconhecem o valor da educação, e se perguntam, estudar pra quê?
- 6) Forte vocação dos jovens, principalmente homens, inclusive filhos de pais ricos, de se tornarem, o quanto antes, economicamente independentes. (NUNES, 2013)

No mesmo artigo, Nunes ainda cita a inversão das matrículas em universidades públicas, considerando que os estudantes mais pobres a procuram por ser gratuita e os estudantes da rede privada a procuram por ter a melhor qualidade do ensino, fazendo com que a concorrência fique desigual. Quando se trata da melhoria da qualidade em escolas públicas, o autor discorda e ainda contradiz a possível afirmação, levando questionando sobre a piora da educação na rede pública, “Hoje, alunos de escolas públicas têm que se esforçar muito para conquistar uma vaga em um curso disputado, a medicina, por exemplo.” (NUNES, 2013), e acredita que com a facilidade das cotas, os alunos não se esforçarão tanto para alcançar um objetivo como, por exemplo, o ingresso em um curso de Medicina em uma universidade pública, como analisado no tópico anterior no quadro dos cursos mais procurados pelos estudantes cotistas e não-cotistas, a concorrência do curso de medicina é bem menor para estudantes cotistas.

A qualidade das universidades públicas é outro tema bem polêmico que está recebendo duras críticas quando se trata de cotas para estudantes de escolas públicas. Acredita-se que com o ingresso desses estudantes, a universidade pública vai perder o seu prestígio em *rankings* nacionais e mundiais, as pesquisas acadêmicas serão prejudicadas e consequentemente a qualidade como um todo modificará. Esta é a principal crítica que o Drº Daltro José Nunes faz em seu artigo quando afirma que:

A qualidade da universidade federal poderá cair aos patamares em que, hoje, se encontra a escola pública. Logo, no futuro, a educação pública, e privada, estará, cada qual, alinhada: as instituições públicas, oferecendo educação básica e superior, serão de pior qualidade e destinada aos mais pobres e as instituições privadas serão de melhor qualidade e destinadas aos mais ricos. (NUNES, 2013)

Quando se fala em qualidade de educação outra indagação surge, os especialistas afirmam que a reforma deveria ocorrer diretamente na educação básica e não através de uma ação afirmativa que tem duração de apenas dez anos e que é voltada para a educação superior.

Com o dinheiro que está previsto para investir no acompanhamento dos cotistas nas universidades, várias melhorias poderiam ser realizadas na rede pública com intuito de aumentar a qualidade do ensino ministrado em suas escolas. Com as cotas sociais, o governo minimiza a responsabilidade de disponibilizar uma educação de qualidade no ensino regular e encarrega as universidades para se ter uma educação de nível mais elevado.

Esses investimentos poderiam ser feitos, por exemplo, em cursos para qualificação dos profissionais da educação ou em melhorias na infraestrutura das escolas, que passam por situação de calamidade em alguns estados brasileiros onde os alunos não têm condições de assistir uma aula de forma digna, pois as salas são mal ventiladas, carteiras quebradas, quadros arranhados, falta de material e diversos outros pontos que desqualificam o ensino público. É o que fala a ex-secretária de política educacional do Ministério da Educação e então membro do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP Eunice Durham, em entrevista para revista VEJA:

Existe uma grande desigualdade educacional entre pobres e ricos, negros e brancos. Mas a questão é que isso está sendo combatido no lugar errado. Querem consertar as desigualdades do Brasil na porta da universidade, sendo que o problema se origina na educação básica. (DURHAM, 2012)

O que se constata é que essas mudanças devem ocorrer desde o início da educação básica e não apenas no ingresso à educação superior, como etapa sendo instaurado no Brasil através das diversas cotas existentes atualmente. Esse cenário é cabível de transformações, porém merece um olhar mais apurado para que as desigualdades não sejam reproduzidas cada vez mais em um país onde prevalece a população negra e a população de baixa renda. Tentar resolver uma desigualdade educacional quando esta não se faz mais obrigatória, no caso a educação superior, não é coerente.

A lei que regulamenta as cotas sociais nas universidades federais não passou por uma consulta prévia à população diretamente atingida. Os professores das universidades que receberão esses estudantes não tiveram sequer uma preparação anterior, considerando que eles fazem parte do acompanhamento efetivo dos estudantes cotistas em sala de aula. Os estudantes cotistas também não tiveram voz ativa quando se tratou da elaboração desta política pública, e a opinião da rede privada, ou pelo menos de seus alunos, não foi considerada. Levando em conta que esta lei já começou a vigorar a partir do ano de 2012 e terá dez anos de duração, deveriam ter feitos mais levantamentos dos impactos posteriores a

sua implementação. E este é o motivo principal pelo qual várias críticas estão aparecendo, por ter sido muito rápido, sem uma adequada divulgação antecedente e por se tratar de um tema polêmico.

2.3.3 – Considerações Finais

A história educacional do Brasil, desde o seu princípio traz marcas da desigualdade racial e social, dentre outras que foram surgindo ao longo do tempo. Desigualdades estas que interferem diretamente na formação dos jovens pertencentes a famílias que possuem baixa renda, jovens negros, jovens homossexuais, ou seja, jovens que são pertencentes de grupos sociais que sofrem algum tipo de preconceito pelo o restante da sociedade. Para amenizar a dívida social com esses grupos, algumas medidas em forma de ações afirmativas são tomadas, geralmente pelo governo. As ações afirmativas, com seu cunho de justiça social, geralmente são caracterizadas por medidas de prazo definido, com ações definidas anteriormente e que possibilitam uma facilidade no acesso de vagas públicas – universidades ou concursos – para pessoas pertencentes a grupos socialmente excluídos.

A Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, também tem essa características de quitação de uma dívida social com os alunos de escolas públicas que nunca tiveram igualdade no acesso às universidades públicas, por falta de condições estruturais e pedagógicas em que foram submetidos durante a educação básica. O que se pensa a respeito dessas novas cotas sociais é a sua real função.

O governo acredita, como mostrado nos tópicos acima, que as cotas servirão de base para a melhoria das escolas públicas de ensino médio e conseqüentemente todas as escolas da educação básica, porém há controvérsias a respeito desse ponto de análise, pois muitos especialistas afirmam que as mudanças e investimentos deveriam ser realizados diretamente nas escolas públicas, e não através de uma ação afirmativa que tem como finalidade, mesmo que escondida, repassar a responsabilidade da qualidade do ensino para as universidades federais.

Será esta a função de uma política pública educacional? Essa indagação se faz necessária, pois quando analisamos outras políticas afirmativas, nos deparamos com outros

repasse de responsabilidade educacional, sejam para escolas particulares ou para instituições de educação superior da rede privada. O ProUni é um exemplo quando se trata de repasse de responsabilidade do ensino no Brasil, pois o governo dispõe de benefícios para IES que estipulam uma porcentagem de vagas para bolsistas com baixa renda. Tudo isso para não admitir que as vagas ofertadas nas universidades públicas não são suficientes para a demanda da população de estudantes interessados em ingressar em uma educação superior de qualidade.

Contudo, as vantagens das cotas sociais não são desprezadas nesse debate, pois observa-se que essa lei trará benefícios de curto a médio prazo para famílias brasileiras que possuem baixa renda. Os alunos das escolas públicas terão sim um auxílio no processo de ingresso na educação superior, porém isso não subestima a capacidade cognitiva de cada estudante. A inteligência para serem aprovados em uma seleção universitária todos tem, a diferença é a maneira como essa capacidade será estimulada, o incentivo à vitória e a conquista, e tudo isso se trabalha no ensino médio.

As questões levantadas nessa pesquisa infelizmente não poderão ser respondidas em curto prazo, pois necessitam de um período longo para se avaliar o impacto das cotas sociais na educação brasileira. Devido à proximidade temporal em que a lei foi implementada, novas críticas, principalmente negativas, estão vindo à tona, porém é necessário um cuidado especial, um acompanhamento pedagógico que seja efetivo e que dê resultados, para então alcançarem seus reais objetivos.

Ações afirmativas são importantes em nosso país para abrandar as desigualdades existentes desde o início de sua história, contudo devem ser pensadas cuidadosamente a fim de não se tornar uma política pública sem resultados relevantes para o progresso educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. Lei de cotas é estímulo para alunos estudarem mais, diz Mercadante. **Correio Braziliense**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2012/10/15/ensino_ensinosuperior_interna,328234/lei-das-cotas-e-estimulo-para-alunos-estudarem-mais-diz-mercadante.shtml>, acesso em: 19 fev. 2013.

Agência Brasil. Lei de cotas pode mudar composição do Brasil. **Correio Braziliense**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/selecao/2012/12/03/Selecao_Interna,337064/lei-de-cotas-pode-mudar-composicao-social.shtml>, acesso em: 19 fev. 2013.

BACELLAR, Paula; SILVA, Patrícia da. **Representações Sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922012000300007&lang=pt>

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> acesso em: 1 jan. 2013

_____. **Financiamento Estudantil**. [Portal Institucional]. MEC. Brasília, DF, sd. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>, acesso em: 10 jan. 2013.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>, acesso em: 12 dez. 2012

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, Congresso Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>, acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação. Educação Superior. Lei de Cotas é regulamentada e portaria esclarece a aplicação. MEC. Brasília, DF, sd. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18150>, acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Ministério da Educação. Educação Superior. Ministro esclarece dúvidas em relação à lei que institui cotas. MEC. Brasília, DF, sd. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18138>, acesso em 21 jan. 2013.

_____. **Perspectivas de estudantes em situação de vestibular sobre as cotas universitárias.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822010000300009&lang=pt>, acesso em: 1 fev. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>, acesso em: 22 jan. 2013.

BRASILb. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior-Graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>, acesso em: 10 jan. 2013.

BRASILc. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>, acesso em 10 jan. 2013.

CASTRO, Ana Maria D. A.; SOUZA JUNIOR, Luiz de. Políticas de Democratização do Acesso ao Ensino Superior. In: FRANÇA, Magna; JUNIOR, Luiz de Sousa; FARIAS, Maria da S. B. de (Orgs) **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino.** Brasília: Anpae, 2011. p. 19- 37

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. A Educação Superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Orgs). **Organização do ensino no Brasil.** Níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73- 84.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 16, n.48, pp. 563-584, set-dez 2001.

DURHAN, Eunice. Cota não resolve problema da educação. Ela cria ilusão. **Revista VEJA**. São Paulo: Abril, 2012. Semanal.

ENCARNAÇÃO, A.P. da; OLIVEIRA, E. da S.G. de; SANTOS, Lázaro. **Acesso ao ensino superior no Brasil: dificuldades, anseios e sugestões dos alunos**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, pp. 17-36, 2006.

INEP. SAEB/Prova Brasil 2011: primeiros resultados. Brasília: INEP, 2012. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf>. Acesso em 10/02/2013.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis Pedagógica**, Catalão/GO, v. 8, n. 2, pp. 4-17, ago-dez 2010.

GISI, Maria Lourdes. **A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006. p. 1-16.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Ações Afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000200010&lang=pt>

HABERMANN, Josiane Conceição Albertini. **As normas da ABNT em trabalhos acadêmicos: TCC, Dissertação e Tese**. 2 ed. São Paulo: Globus, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINS, A.C.P. **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

NEVES, C.E.B; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochelle Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 124-157

NUNES, Daltro José. **O problema das cotas**. In: Portal Jornal da Ciência. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=35385>>, acesso em: 20 de fev. 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira. A educação superior no contexto atual e o PNE 2011-2020:avaliação e perspectivas. In: DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011. p. 105-136.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31- 42.

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000300010&lang=pt>, acesso em: 13 jan. 2013.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. **Importância Atribuída na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 45-53.

VELLOSO, Jacques. **Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf>> , acesso em: 10 jan. 2013.

TERCEIRA PARTE

3 – PERSPECTIVAS FUTURAS

Após o término do Trabalho de Conclusão de Curso vejo que muitos obstáculos foram enfrentados durante esta longa caminhada acadêmica. Muitos sentimentos estão aflorados neste momento, alívio, alegria, responsabilidade e tristeza, pois uma etapa muito importante da minha vida chega ao fim juntamente com essas últimas palavras. Sentimentos estes que são extremamente importantes para eu veja qual será o melhor caminho a seguir daqui para gente e quais são minhas reais perspectivas.

O tema trabalhado fez com que eu tivesse um olhar mais apurado e diversificado sobre os debates educacionais que estão presentes na educação brasileira, fazendo com que eu tivesse um interesse maior em prosseguir com este estudo em um momento oportuno da minha vida. Na Universidade de Brasília eu descobri como é bom fazer parte de uma sociedade pensante que está a todo tempo atualizando as pesquisas do nosso país. No início da monografia achei que não iria conseguir, foram muitos problemas como a greve dos funcionários e professores em 2012, por exemplo, porém ao chegar no final do TCC vejo que realmente sou capaz e por isso pretendo avançar para as próximas etapas após a graduação.

Levando em conta o que foi dito anteriormente, tenho como principal meta estudar para concursos na minha área. Atualmente estou trabalhando em sala de aula de uma escola particular, porém não pretendo continuar por muito tempo neste serviço, pois passei no Concurso para Professor Temporário do Governo do Distrito Federal e estou aguardando a convocação. Pretendo concomitantemente ao estudo para concursos, realizar a minha especialização em gestão e orientação educacional, uma área que sempre tive muito interesse. Posterior a isto pretendo passar para o cargo de orientadora educacional da rede pública de ensino do Distrito Federal.